



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa destinada a analisar in loco os efeitos das políticas sobre drogas instituídas em Portugal, Holanda e Itália

Introdução

Como atividade da Comissão de Seguridade Social e Família, e nos termos do artigo 38, combinado com o § 1º do artigo 33, todos do Regimento Interno, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu criar Comissão Externa destinada a analisar in loco os efeitos das políticas sobre drogas instituídas em Portugal, Holanda e Itália.

Com algumas alterações em relação à composição original, por problemas de agenda de alguns integrantes, um grupo de 7 (sete) deputados foi autorizado pelo Presidente Michel Temer a realizar a viagem. Dentre os os nomes listados abaixo, o deste parlamentar:

Vieira da Cunha (PDT/RS) – Coordenador

Germano Bonow (DEM/RS) – Relator

Alceni Guerra (DEM/PR)

Bel Mesquita (PMDB/PA)

Geraldo Resende (PMDB/MS)

Antônio Carlos Chamariz (PTB/AL)

Sueli Vidigal (PDT/ES)

Integraram também a comitiva os servidores da Comissão de Seguridade Social Lin Israel dos Santos e Marllus César Ramos, e o Prefeito do município de Serra (ES), Sérgio Vidigal.



RELATÓRIO

Fomos delegados a cumprir uma extensa programação, no período de 17 a 25 de maio, que teve início com uma visita ao Instituto da Droga e da Toxicodependência de Portugal, com sede em Lisboa.

No local fomos conhecermos o Dr. Manuel Cardoso, membro do Conselho Diretivo da instituição.

O Instituto da Droga e da Toxicodependência é uma estrutura governamental nacional vinculada ao Ministério da Saúde responsável pela coordenação das políticas sobre drogas ilícitas e álcool em Portugal. Tem por missão promover a redução do consumo de drogas lícitas e ilícitas, bem como diminuir as toxicodependências naquele país.

Com informações do Dr. Manuel Cardoso, Portugal adota, em sua política de drogas, os valores do pragmatismo e do humanismo.

São três os grandes princípios que orientam a intervenção do Instituto da Droga português:

1º) Centralidade no cidadão – a intervenção em toxicodependências não constitui um fim em si mesmo devendo descentrar-se das substâncias e assumir a centralidade no cidadão e nas suas necessidades objetivas e subjetivas;

2º) Territorialidade – para melhor conhecer e intervir tem de ser posto o enfoque numa gestão e planeamento localizado e territorial. Pode-se, assim, concretizar e adequar intervenções de proximidade, evitar a dispersão de respostas e dispositivos e definir o papel e função de cada entidade e/ou ator num território partilhado por outros.

3º) Abordagens e respostas integradas a nível interno e externo – as abordagens e respostas devem construir-se de forma integrada, não dividindo a realidade individual e social. Os serviços devem organizar a sua intervenção operacional criando dispositivos de resposta abrangentes e que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

constituam uma rede de ação coerente e simultaneamente capaz de lidar com a complexidade e transversalidade da problemática da droga e questões conexas.

A seguir, fomos até à Assembleia da República, onde fomos recebidos pela Deputada Luísa Salgueiro, Vice-Presidente da Comissão de Saúde do Parlamento português.

A parlamentar afirmou que Portugal teve enorme avanço na política sobre drogas quando passou a tratar a toxicodependência como um problema de saúde, e não de segurança pública.

A estratégia generalista foi abandonada e os portugueses passaram a atuar pontualmente através do método das "respostas integradas". A ideia é de que a própria comunidade se organize para dar resposta aos seus problemas.

Quando estivemos em Lisboa, visitamos ainda no Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, onde fomos recebidos pelos senhores Gonçalo Felgueiras e Souza, Maria Moreira e Gregor Burkhardt.

Segundo eles, o consumo e o tráfico de drogas ilegais são fenômenos mundiais que ameaçam a saúde e a estabilidade social. As estatísticas mostram que aproximadamente um em cada três jovens europeus já experimentou uma droga ilegal e que, a cada hora que passa, morre um cidadão europeu, vítima de overdose de droga. Por outro lado, a constante alteração dos padrões de oferta e de procura exigem um acompanhamento permanente e respostas dinâmicas.

Informação independente e baseada em dados científicos constitui um recurso essencial para que a Europa possa compreender a natureza dos seus problemas relacionados com droga e dar-lhes uma resposta mais adequada. Foi com base nesta premissa, e face à escalada do fenómeno da droga, que o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT) foi criado em 1993. Inaugurado em Lisboa em 1995, é uma das agências descentralizadas da União Europeia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Observatório Europeu existe para fornecer à União Europeia e aos seus Estados-membros uma imagem objetiva dos problemas europeus relacionados com droga e uma base científica sólida para sustentar o debate sobre esta matéria. Atualmente, oferece aos políticos os dados de que estes necessitam para formularem leis e estratégias esclarecidas. Ajuda igualmente os profissionais e técnicos que trabalham nesta área a identificarem com precisão as boas práticas e os novos domínios de investigação.

O trabalho do Observatório tem como objetivo fulcral a promoção da excelência científica. Para realizar a sua missão fundamental de fornecer informações confiáveis e comparáveis sobre a droga na Europa, o Observatório Europeu desenvolveu as infra-estruturas e os instrumentos necessários para recolher os dados de cada país de uma forma harmonizada. Estes dados são enviados pelos observatórios nacionais para o Observatório de Lisboa, a fim de serem analisados, dando origem a vários produtos de informação que fornecem uma panorâmica a nível europeu.

Embora o Observatório Europeu esteja fundamentalmente centrado na realidade europeia, também colabora com parceiros de outras regiões do mundo, através do intercâmbio de informações e conhecimentos especializados. A colaboração com as organizações europeias e internacionais no domínio da droga também é essencial para o seu trabalho, na medida em que melhora a compreensão do fenómeno da droga a nível mundial.

O Observatório Europeu baseia a sua ação no princípio de que dispor de informação de qualidade é a chave para uma estratégia eficaz contra a droga. Apesar de não propor políticas, o Observatório tem um impacto real no processo de tomada de decisões através das análises, padrões e ferramentas que fornece.

Atenção especial devemos dar ao alerta do Dr. Gregor Burkhart, especialista em prevenção, sobre as campanhas sobre drogas de carácter



CÂMARA DOS DEPUTADOS

universal. De acordo com ele, tais campanhas induzem o consumo da droga. "As campanhas devem ser seletivas e dirigidas aos grupos vulneráveis", ensina o especialista, para quem "estar informado tem pouquíssimo efeito sobre o comportamento do jovem."

Cumprido o programa em Portugal, partimos para a Holanda, onde iniciamos nossos trabalhos com uma reunião em Haia com o Diretor do Ministério das Relações Exteriores dos Países Baixos, Laurent Stokvis.

O Diretor nos deu boas-vindas e fez uma apresentação sobre a política holandesa, esclarecendo que as drogas são ilegais em seu país, e que a venda da "cannabis", conhecida no Brasil como "maconha", é permitida nos chamados "coffeeshops", sob condições.

Segundo ele, 78% dos municípios da Holanda não têm coffeshops. Esses estabelecimentos eram 1.179 em 1997 e, em 2007, o número caiu para 702.

A seguir, ouvimos, do Sr. Bob Keizer, do Instituto Trimbos, uma apresentação sobre a política de drogas da Holanda.

No Ministério da Justiça dos Países Baixos, fomos recebidos pelo Sr. Jean Luc Luijs, que nos esclareceu a distinção que a legislação holandesa faz das drogas pesadas e drogas leves, como a "cannabis".

Na Holanda, quem porta até 5 gramas de maconha não é processado. Já os "coffeeshops", lugares onde a venda e o consumo de maconha são permitidos, não podem ter em estoque mais de 500 gramas do produto.

Após apresentação sobre política internacional antidrogas feitas pelas Sras. Johanna Spreenwenberg e Fatimazhra Belhirsch, do Departamento de Políticas de Segurança do Ministério da Relações Exteriores dos Países Baixos, partimos para a cidade de Rotterdam.

Em Rotterdam, ouvimos uma interessante palestra da Diretora de Pesquisa do Instituto Ivo, Professora Dike van de Mheen, membro da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Especialistas contratada pelo Governo holandês para avaliar e traçar uma estratégia sobre a política de drogas vigente no país.

O Relatório, recentemente concluído, ainda não foi adotado porque a Holanda está às vésperas de eleições que se realizarão neste mês de junho.

Resumidamente, o trabalho propõe aumentar a idade mínima para o consumo de álcool para 18 anos (hoje é de 16 anos), maiores investimentos, mais atenção à inteligência no combate ao crime organizado, foco nos grupos vulneráveis e a criação de uma autoridade nacional sobre drogas, já que o assunto hoje é tratado por três esferas governamentais: Ministério da Justiça, da Saúde e do Interior.

Quando aos "coffeeshops", a Comissão sugere restringir o acesso somente aos holandeses, o que evitaria o turismo relacionado à droga.

Para a professora, porém, o problema dos "coffeeshops" é menor, comparado ao da cocaína, assim como, na opinião dela, os problemas causados pelo álcool são maiores do que aqueles causados pelas drogas ilícitas.

Estivemos também no Ministério da Saúde, Bem-Estar Social e Esportes dos Países Baixos, onde ouvimos uma palestra do Dr. Jan Van Amsterdam sobre a classificação das drogas segundo a sua periculosidade.

A seguir, o Dr. Marcel de Kort, do Ministério da Saúde, Bem-Estar Social e Esportes, defendeu a política sobre drogas dos Países Baixos, classificando-a de "pragmática, flexível, inovadora, humanista, de baixo para cima e com base científica".

Para ele, uma sociedade sem drogas não é um objetivo realista e a questão deve ser encarada como um problema primariamente de saúde pública.

A política holandesa distingue, desde 1976, a "cannabis" das drogas pesadas e descriminaliza a posse de drogas para uso pessoal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Para Marcel de Kort, a questão não é ser liberal ou conservador na questão das drogas, mas saber se determinada política funciona ou não.

“Prevenir é melhor que curar; curar é melhor que reduzir o dano; mas reduzir o dano é melhor que não fazer nada”, sustentou o especialista holandês.

Quando às campanhas, defendeu que tenham foco na internet para se comunicar com a juventude e que sejam voltadas aos pais com informações e estímulo para que dialoguem com seus filhos sobre drogas.

O encontro seguinte na cidade de Haia ocorreu com Rafaela de Quadros Rigoni, uma gaúcha que faz pesquisa de doutorado na Holanda sobre drogas.

Para ela, o grande destaque da política holandesa é a abordagem integral, isto é, há um trabalho integrado e cooperativo entre os policiais, os atores sociais e os profissionais de saúde na questão da droga.

Nossa programação nos Países Baixos incluiu também uma visita, em Amsterdam, à sede do “Transnational Institute”, uma organização não-governamental que desenvolve um programa para as Nações Unidas chamado “Drogas e Democracia”.

Martin Jelsma, coordenador do programa, defende a descriminalização do consumo pessoal e sustenta que as políticas sobre drogas devem basear-se em “práticas com bons resultados”.

Acompanhados de dirigentes do Instituto e finalizando nossa programação na Holanda, nossa comitiva visitou um “coffeeshop” em Amsterdam, o “DAMPKRING Amsterdam Coffee”, onde tivemos a oportunidade de esclarecer dúvidas sobre as regras de funcionamento desse tipo de estabelecimento diretamente com o proprietário.

Partimos, então, para a terceira e última etapa da missão: Roma, na Itália.

No domingo, 23 de maio, por volta do meio-dia, uma feliz coincidência: ao sairmos da Missa de Pentecostes, rezada pelo Papa Bento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

XVI na Basílica de São Pedro, encontramos o Frei Hans Stapel, da Fazenda Esperança, que estava em Roma exatamente para receber, no dia seguinte, o reconhecimento pontifício do exemplar trabalho de tratamento e reinserção social de usuários de drogas em suas comunidades terapêuticas, a maioria delas sediadas no Brasil.

Nossa Comissão visitará em breve o núcleo da Fazenda Esperança em Guaratinguetá, São Paulo, parte da programação nacional que prevê, ainda, atividades em seis capitais brasileiras.

A exemplo do que ocorreu em Portugal e Holanda, a etapa italiana da missão foi muito produtiva.

Começamos conhecendo o trabalho da Fundação Villa Maraini, entidade ligada à Cruz Vermelha Internacional responsável pelo tratamento de 700 usuários de drogas.

Segundo seu diretor, Dr. Massimo Barra, a terapia é que deve se adaptar ao drogadito, e não o contrário. Baseado em sua larga experiência, afirmou que em geral o drogado não é um criminoso; ele – ou ela – se torna um criminoso para adquirir a droga. Dr. Massimo é um crítico do “proibicionismo criminalizante”. Para ele, o “estigma” mata mais do que a própria droga.

Defensor de uma política humanitária, sustenta que as campanhas publicitárias, antes de falar em drogas, deveriam falar em saúde.

Assistimos um vídeo da Fundação sobre as suas ações de rua, cujos responsáveis são ex-drogados. Para o Dr. Massimo Barra, é fundamental que esse tipo de trabalho seja feito por ex-dependentes, pois eles têm melhores condições de abordagem e comunicação com os drogaditos.

A seguir, dirigimo-nos ao Departamento de Segurança Pública do Ministério do Interior, onde fomos recebidos pelo Diretor do Serviço Antidrogas, General de Brigada Mario Marco Angeloni e outras autoridades,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

que nos fizeram uma detalhada exposição sobre as atividades do Departamento.

A Direção Central de Serviços Antidrogas da Itália é responsável pelas relações de cooperação com organismos estrangeiros especializados, e pelas ligações com os Serviços antidrogas de outros Países; promove e organiza cursos de qualificação e reciclagem antidroga entre as Forças de Polícia; fornece suporte tecnológico avançado na execução de operações especiais.

O Serviço efetua, ainda, atividades de pesquisa operativa e de inteligência antidroga para a sustentação das ações de combate; reúne, elabora e difunde estudos, pesquisas e dados sobre os fluxos de entorpecentes e informações de organizações criminais implicadas e controla o comércio dos precursores e dos produtos químicos de base.

O Serviço Antidrogas também promove e coordena as atividades de investigação antidroga, no território nacional e no exterior, sinalizando as convergências investigativas; cuida das relações operativas com as Forças de Polícia e com os Departamentos Aduaneiros, além de fornecer assistência às atividades de cooperação judiciária internacional; gerencia a rede dos Especialistas Antidrogas.

Os Escritórios de Programação e Planejamento do Serviço organiza projetos de prevenção integrada, entra as Forças de Polícia e os operadores sociais, cuidando das relações com os outros Departamentos e Entidades interessadas na luta contra a droga.

Especificamente perguntados sobre o "crack", as autoridades italianas responsáveis pelas apreensões responderam que enquanto durante todo o ano de 2009 foram apreendidos na Itália 800 gramas da pedra, em 2010 já foram apreendidos mais de 3 kilos da droga (somente nos quatro primeiros meses do ano).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A seguir, visitamos um Centro Médico de Tratamento de Toxicodependentes, num lugar onde antigamente funcionava, em Roma, o “Manicômio Provincial”.

No último dia de atividades, 25 de maio, estivemos, pela manhã, no Núcleo Operativo para a Toxicodependência. Recebeu-nos a diretora Paola Parisi, que nos explicou que no sistema italiano o Prefetto (não se confunda com o Prefeito do Brasil, que lá é chamado de Sindaco) é a autoridade competente para aplicar sanções previstas para quem é flagrado na posse de substâncias entorpecentes para uso pessoal.

Flagrado pela primeira vez com droga leve, o Prefetto pode arquivar o processo se o transgressor se compromete a não mais fazer uso.

No caso de reincidência no uso de droga leve ou de primeiro flagrante por uso de droga pesada (heroína ou cocaína, por exemplo), a sanção pode deixar de ser aplicada se o usuário aceitar se submeter a um programa terapêutico.

Recusado o programa terapêutico ou interrompido sem justificativa, ao usuário são aplicadas sanções administrativas como suspensão da carteira de habilitação, do passaporte e do porte de arma.

Nota-se, pois, que a legislação italiana, a exemplo da nossa, não tolera o porte de droga, mesmo que leve e para uso pessoal.

Nossa delegação esteve, ainda, na sede da Federação Italiana das Comunidades Terapêuticas, onde fomos recebidos pelo diretor Luciano Squillaci.

A Federação representa 50 entidades, tem abrangência nacional e executa diversos serviços voltados à reinserção social de toxicodependentes como, por exemplo, serviços ambulatoriais, unidades de rua, comunidades terapêuticas, acolhidas residenciais e cooperativas de trabalho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

No período da tarde, fomos à Câmara dos Deputados da Itália, onde tivemos uma reunião de trabalho com os membros da Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo Deputado Professor Giuseppe Palumbo.

A seguir, nos dirigimos à sede da Presidência do Conselho de Ministros, onde fomos recebidos pelo Senador Carlo Giovanardi, Ministro de Estado para os assuntos da Família, e pelo Dr. Giovanni Serpelloni, Chefe do Departamento da Política Antidrogas da Itália, finalizando, com esse importante encontro, a nossa missão.

Considerações Finais

Os representantes do povo brasileiro não podem se omitir de dar a sua contribuição para no que tange o debate sobre drogas e o enfrentamento com determinação, profissionalismo e eficácia em nosso país.

Em meu estado, mato grosso do Sul, o avanço do Crack vem desesperando milhares de famílias Brasil afora. As soluções existem e as providências, urgentes e inadiáveis, não podem ser postergadas.

O Executivo federal, recentemente anunciou, o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack que deve ser saudado como iniciativa importante para a solução do problema.

O Governo mostra-se, felizmente, disposto a fazer a sua parte. Para enfrentar e vencer a droga, porém, a luta tem que ser de todos, a começar pela família.

A família têm que conversar abertamente com os seus filhos, as escolas têm papel decisivo, os Prefeitos devem priorizar a política sobre drogas organizando as suas comunidades para o enfrentamento do flagelo e a polícia e os profissionais de saúde precisam de uma formação específica e de integração para saber lidar com o problema de maneira eficaz.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O tema é de tal gravidade que só uma cruzada cívica, com o envolvimento e a participação de todos, nos permitirá enxergar alternativas para este mal.

Não podemos deixar uma geração de jovens brasileiros perder um futuro cada vez mais promissor.

Estima-se que já temos mais de um milhão de usuários de crack no Brasil. Uma realidade tão terrível quanto inaceitável. Mudá-la é o nosso desafio.

Brasília(DF), 13 de junho de 2010.

Deputado **GERALDO RESENDE** (PMDB/MS)
Membro da Comissão Externa *Sobre Drogas e da*
Comissão de Seguridade Social e Família